

DOENÇAS E DISTOPIAS, DOENÇAS NAS DISTOPIAS, DISTOPIAS NAS DOENÇAS

Resumo

Este artigo visa, sobretudo, a investigar, de uma perspectiva transdisciplinar, a relação entre doenças, epidemias e pandemias com as distopias. Para tanto, em primeira instância, averiguamos a *propagação* da ideia e da percepção da distopia no contexto de pandemia de SARS-CoV-2 em 2020. A fim de melhor compreender a que **é devida** sua presença nestas circunstâncias, revisitamos rapidamente a história e a teoria da distopia, contando, para isso, com a fortuna intelectual de seus mais influentes e atuais pensadores. Em seguida, montamos nosso observatório em quatro romances distópicos, dois deles do século XX (*Admirável mundo novo* [1932], de Aldous Huxley; e *Ensaio sobre a cegueira* [1995], de José Saramago) e os outros dois do século XXI (*Cadáver exquisito* [2017], de Agustina Bazterrica; e *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* [2018], de Ignácio de Loyola Brandão), que têm doenças e epidemias como questões cruciais, analisando sua função nesses *lugares ruins*. Por fim, sondamos as sobreposições entre o cenário político-social da pandemia da atualidade e os contextos de doenças e epidemias dessas obras, enfatizando seu poder de transformação social. Alinhando-nos à proposta do dossiê, temos, aqui, *histórias de doenças e epidemias* na ficção distópica.

Palavras-chave: Distopias. Doenças. Política.

DISEASES AND DYSTOPIAS, DISEASES IN DISTOPIAS, DISTOPIAS IN ILLNESSES

Abstract:

This article aims, above all, to investigate, from a transdisciplinary perspective, the relation among diseases, epidemics and pandemics with dystopias. Therefore, in the first instance, we evaluated the spread of the idea and the perception of dystopias in the context of the SARS-CoV-2 pandemic in 2020. In order to better understand the reason of its presence in these circumstances, we quickly revisited the history and theory of dystopia, taking into account, for that, the intellectual fortune of its most influential and current critics. Then, we set up our observatory in four dystopian novels, two of them from the 20th century (*Brave new world* [1932], by Aldous Huxley; and *Blindness* [1995], by José Saramago) and the other two from the 21st century (*Cadáver exquisito* [2017], by Agustina Bazterrica; and *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* [2018], by Ignácio de Loyola Brandão), which have diseases and epidemics as their crucial issues, analyzing their function in these *bad places*. Finally, we inspected the overlaps among the political and social scenario of the current pandemic and the contexts of diseases and epidemics in these novels, emphasizing their power for social transformation. In line with the project of this dossier, we have here *stories of diseases and epidemics* in dystopian fiction.

Keywords: Dystopias; illnesses; politics.

ENFERMEDADES Y DISTOPIAS, ENFERMEDADES EN DISTOPIAS, DISTOPIAS EN ENFERMEDADES

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo, sobre todo, investigar, desde una perspectiva transdisciplinar, la relación entre enfermedades, epidemias y pandemias con distopías. Por tanto, en primera instancia, investigamos la difusión de la idea y percepción de distopía en el contexto pandémico del SARS-CoV-2 en 2020. Para comprender mejor debido a su presencia en estas circunstancias, revisamos rápidamente el historia y la teoría de la distopía, contando, para ello, con la fortuna intelectual de su pensadores más influyentes y actuales. A continuación, configuramos nuestro observatorio en cuatro novelas distópicas, dos de ellas del siglo XX (*Un mundo feliz* [1932], de Aldous Huxley; y *Ensayo sobre la ceguera* [1995], de José Saramago) y los otros dos del siglo XXI (*Cadáver exquisito* [2017], de Agustina Bazterrica; y *De esta tierra no queda nada, salvo el viento que la sopla* [2018], por Ignácio Loyola Brandão), quienes tienen las enfermedades y las epidemias como temas cruciales, analizando su función en estos malos lugares. Finalmente, probamos las superposiciones entre el escenario político-social de la pandemia actual y los contextos de enfermedades y epidemias de estas obras, destacando su poder de transformación social. Alineándonos con la propuesta del dossier, tenemos aquí historias de enfermedades y epidemias en la ficción distópica.

Palabras clave: Distopias; enfermedades política.

1. INTRODUÇÃO

A história é testemunha da potencialidade que têm fenômenos disfóricos, como a disseminação de sérias doenças, a ponto de que elas se tornem epidemias e pandemias, de abalar convicções outrora irredutíveis de normalidade e estabilidade. A preocupação, a iminência e o cumprimento de desastres na realidade, como é o panorama pandêmico de 2020, têm ensejado práxis de desfazer ou abandonar perspectivas e sonhos utópicos, há muito alimentados pela humanidade, sem quaisquer promessas de retomá-los. Em seu lugar, surgem alternativamente pensamentos e representações artísticas que, especulando como tudo deu e pode ainda dar mais errado, satirizam arranjos existentes das sociedades e questionam a crença na favorabilidade do devir. Forçosamente incorrendo em domínios sociopolíticos, essas visões de *lugares ruins* contemplam, sobretudo, o estrangulamento da liberdade individual, como também o assalto da tecnologia aos homens, empreitadas que usualmente levam a cabo os Estados, os supostamente incumbidos de zelar por sua integridade. É nisto que consistem as distopias. Suas imagens do futuro funcionam como um espelho dos fracassos do tempo presente. Sua recorrência na pós-modernidade, ainda mais em momentos de tensão e medo, como este, de infecção mundialmente alastrada do SARS-CoV-2, sugere uma tétrica crise, decorrente das falhas de estruturas, instituições, sistemas sociais, políticos e econômicos (em particular, no que se refere às ideologias do capitalismo, consumismo, cientificismo tecnológico) e da consequente incapacidade de eles se reerguerem devido a uma carência fundamental de fé compartilhada no progresso das sociedades. Este artigo constitui um esforço de investigação interdisciplinar de pontos de contato entre: históricos e narrativas de doenças; a própria ideia de distopia, além de sua história e teoria; ciência política; e literatura na era atual, de modo a privilegiar as figurações de doenças e epidemias na ficção distópica de Aldous Huxley, José Saramago, Ignácio de Loyola Brandão e Agustina Bazterrica.

2. PROBLEMATIZAÇÃO INICIAL

Não foi dessa vez que fomos ao encontro daquele futuro com o qual otimistamente sonhávamos. As coisas saíram do controle. As sociedades colapsaram. A vida virou um pesadelo. A euforia foi ceifada. A esperança, sobretudo, com os avanços da ciência e da razão, esmaeceu. O ano de 2020 ficará para sempre marcado pela intempestividade e pelas cicatrizes do surto mundial e em grande escala de uma doença viral, noutras palavras, da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Numa analogia à melancólica visão do anjo da história de Walter Benjamin a partir do *Angelus Novus* de Paul Klee, desesperadamente impelido ao futuro pela tempestade do progresso, vimo-nos também atirados, sem poder mover nossas asas, a um futuro sem precedentes de estranheza, incertezas, frustrações, *ruínas*. Desencadearam-se profundas e, talvez, permanentes mudanças em nossas formas de pensar, interagir, trabalhar, ensinar, aprender, enfim, em nossa própria forma de existir, de *estar-aí*. A importância das tecnologias – sobretudo, pensando na grande população, de informação e comunicação – foi reforçada, na medida de seu emprego colossal, de seu poder de soberanamente condicionar relações sociais.

Por falar em tecnologias digitais e relações por elas mediadas, tendo em conta, em especial, as circunstâncias de isolamento social e, por conseguinte, de utilização de mídias sociais, de acordo com o Google Trends, a partir do segundo trimestre de 2020, verificou-se, não só no Brasil como em todo o globo, um aumento repentino de buscas e recorrências no que se refere às distopias, por exemplo, em reportagens e *sites* de notícias, bem como em plataformas como o Twitter. Em princípio, o cenário mundial de COVID-19 tem sido descrito enquanto distópico, a própria pandemia tem sido julgada enquanto distopia. Mas estaríamos, com efeito, diante de uma? Antes de quaisquer tentativas de responder a essa pergunta, a história e a teoria da distopia devem ser brevemente revisitadas.

3. BREVE APRESENTAÇÃO HISTÓRICO-CONTEXTUAL E TEÓRICO-CONCEITUAL DA DISTOPIA

[...] *it is not so easy to find states that are well and wisely governed.*² (Thomas Morus, *Utopia*)

Começamos este empreendimento com uma nota etimológica: o termo “distopia” foi improvisado de raízes gregas pelo filósofo John Stuart Mill, na ocasião de um debate parlamentarista em 1868, e denota “lugar ruim”. Embora já existisse e fosse empregado intermitentemente outrora, passa a vigorar efetivamente somente a partir do século XX; trata-se, pois, do século em que, coincidindo com a intensificação do uso do termo, se dão a emersão e a legitimação da distopia como forma literária, trata-se, pois, do século, de acordo com Tom Moylan em *Scrapes of the untainted sky* (2000), de cujos terrores – como a exploração humana pelos processos de compra e venda da vida cotidiana, o extermínio biológico e ecológico, as guerras mundiais, a fome, a repressão, a violência estatal, as doenças e as *epidemias* – a distopia, nomeadamente, se torna produto.

A ficção distópica veio se firmando e se desenvolvendo de diversas e inconstantes maneiras no inventário narrativo ocidental contemporâneo. *Grosso modo*, elas podem ser agrupadas, segundo Claeys (2010, p. 109), sob duas égides: “*the socialist engineering of human behaviour via the reconstitution of society*” e “*the eugenic engineering of human behaviour via biological manipulation*”. Apesar de suas obras não serem absolutamente distópicas, H. G. Wells foi, nesta “*age of confusion*” – forma como entendia e se referia a esse período de efervescências culturais, econômicas, históricas, ideológicas, políticas, religiosas, científicas, tecnológicas *etc.* –, um dos pioneiros na cartografia desses *lugares ruins* na literatura. Na esteira – ou, na verdade, na recusa? – das percepções e visões deixadas por ele em sua prolífica ficção científica, vieram os clássicos distópicos *Nós* (1921) de Ievguêni Zamiátin, *Admirável mundo novo* (1932) de Aldous Huxley e *1984* (1949) de George Orwell. Canônicas e paradigmáticas em se tratando de distopia literária, essas obras deixaram, para

os vindouros, copiosa matéria em que se inspirar, por terem sido capazes de indicar a paisagem cultural, histórica, política *etc.* das sociedades às quais se reportam pela disposição de sociedades imaginárias, assombradas, por exemplo, pela ganância, pela devastação, pela morte.

A virada distópica dos anos 1980 – que, a julgar por obras como *Não verás país nenhum* (1981) de Ignácio de Loyola Brandão, congruentes, por via de regra, em quesitos como “uso de mitos nacionais” e “temas de desertos e cidades desertas”, alega Naiara Araújo (2018, p. 181), não passa despercebida em terreno latino-americano – ganha ainda mais vigor com as celebrações destinadas ao romance de Orwell em 1984, que acabaram despertando, iluminando, estimulando novas possibilidades de criação literária. *O conto da aia* (1985) de Margaret Atwood, por exemplo, ainda que orientada pelas diretrizes das distopias clássicas, entre cujos mais notáveis feitos está mostrar de que modo o sistema atua na produção de seus próprios excessos, expande as alternativas, os domínios, os limites destas.

Concentremo-nos, por ora, na conceitualização teórica de distopia/distópico, para explorar e complementar aquilo de que, tendo sido necessário e impreterível, já viemos falando. Devemos, em primeira instância, reforçar o essencial: “distopia” costuma correr ao encontro de “antiutopia” e “utopia negativa” e de encontro a “utopia” e “eutopia”. São, nas palavras de B. F. Skinner, “*ways of life we must be sure to avoid*”, já tendo logrado caracterizações como “face sombria da utopia” (Baccolini & Moylan, 2003). Em solo literário, destina-se a fazer ou uma sátira sobre anseios utópicos, cujas falácias tenta desnudar, ou um retrato ficcional de sociedades imaginárias em cadências de pesadelo, isto é, em condições e padrões de vida insustentáveis, disparadamente piores dos que já conhecemos. Elas são geralmente marcadas pelo desdobramento negativo (e “factível”) dos domínios político e social, tendo como seus objetos/temas, por exemplo: formas de governo autoritárias ou totalitárias, sistemas repressivos de controle e vigilância públicos, ausência parcial ou total de identidade e liberdade individuais, estados ininterruptos de guerra e violência, degradação humana e ambiental e extrapolação

do emprego da ciência e da tecnologia. E, aproveitando o assunto, já estamos também informados de que a ficção distópica aponta e critica deficiências e inclinações, principalmente de estruturas sociais e políticas, das sociedades do mundo concreto-material, com as quais, por conseguinte, se encontra agudamente sintonizada.

Acontece que a comparação e o contraste de uma sociedade imaginária com outra existente constituem justamente as faculdades básicas das formas tanto distópica quanto utópica, de modo que os fracassos e os sucessos de uma sirvam para destacar as falhas ou as virtudes de outra, pelo que devem existir, entre elas, certas relações de compensação e compromisso. Para M. Keith Booker em *The dystopian impulse in modern literature* (1994, p. 15), “*dystopian critiques of existing systems would be pointless unless a better system appeared conceivable*”, uma das razões pelas quais a ficção distópica funciona tão bem como crítica social.

4. PANDEMIA É DISTOPIA?

Concluídas essas considerações histórico-teóricas sobre distopia (particularmente, a literária, que, à vista do estudo comparativo a ser desenvolvido, mais nos interessa), faz-se, agora, mais claro o porquê de a ela estarem associados quadros de doenças, epidemias, pandemias. A distopia, como vimos, significa *lugar ruim*, sobretudo, em termos sociais e políticos; neste sentido, é inevitável lembrarmos de *lugares ruins* quando nos deparamos, por exemplo, com notícias de que a gestão política do Brasil frente à pandemia de SARS-CoV-2 vem sendo reiteradamente considerada uma das piores do mundo, tendo por base fatores como o colapso das redes hospitalares, a realização de menos testes para detectar a infecção, o boicote das recomendações dos órgãos de saúde e a subnotificação e suas implicações (entre elas, o afrouxamento da quarentena, na medida em que se acredita em estarem reduzindo os casos da doença e que já se é não somente possível como necessário retomar um suposto curso de normalidade cotidiana). Na Argentina, não bastasse todo o transtorno político-social devido, principalmente, à discrepância entre os que concordam e o que declinam um projeto de reforma judicial que tem, entre seus

objetivos, o de mitigar a ação da política na justiça, a negligência nas medidas de confinamento (para protestos, por exemplo) vem resultando no alcance da assombrosa marca de 10 mil novos casos de coronavírus por dia. Esses são exemplos tirados da realidade que justificam remissões às distopias. Estando, enfim, munidos para tanto, podemos voltar à questão que propusemos no início deste trabalho: será que a pandemia de coronavírus pode ser encarada enquanto uma distopia real?

Para Margaret Atwood, autora de *O conto da aia*, a resposta é não. Esse contexto compartilhado de ameaças, ansiedades, *lockdown*, embora desagradável e assustador, não é distópico, pois não se trata de um totalitarismo declarado, a saber, não foi arranjado por um governo que visasse à obtenção e, por conseguinte, à manutenção de poder e controle absolutos sobre a população. O que há, para ela, é um estado de “crise emergencial”. Por outro lado, o filósofo Giorgio Agamben confessa temer que esse estado de exceção persista, convertendo-se num padrão governamental. Sua preocupação volta-se também para a omissão do poder jurídico em face de decretos emergenciais que, restringindo e ameaçando, por exemplo, a liberdade individual, vêm sendo feitas pelo executivo, de modo que, assim, acabam anuladas tanto as determinações do legislativo quanto, por isso mesmo, a separação de poderes inerente ao e pelo qual se define o Estado democrático de direito.

Reportando-nos a Hannah Arendt (2007), é oportuno reforçar a possibilidade e o perigo da instrumentalização do direito e da violência estatal em casos de instabilidade e vulnerabilidade social, como visto nesta pandemia. É dessas práticas que se valem, por exemplo, os regimes totalitários quando com a finalidade de implantação e defesa de seus próprios princípios ideológicos. E, para aqueles que contra-argumentem que é em prol de preceitos morais que assentem neste sacrifício de abdicar da liberdade, Agamben, nada gratuitamente, recorda a figura de Adolf Eichmann, um dos mais importantes dirigentes do Holocausto, que, em matéria de consciência, alegava proceder segundo os preceitos da moral kantiana. “*Una norma, che affermi che si deve rinunciare al bene per salvare il bene, è altrettanto falsa e contraddittoria di quella che, per proteggere*

la libertà, impone di rinunciare alla libertà”, ele finaliza. Vale expor que o desapontamento de Agamben, além de ser com a deterioração das relações entre os homens, aparentemente preocupados em tão somente sobreviver, é – também, acima de tudo e talvez por esta razão mesma – com a prontidão e a passividade com que as sociedades têm se curvado ao acatamento de deliberações governamentais que refreiam não só seus direitos civis, como suas heranças culturais e políticas, edificadas, a longo termo, à base de valores humanos como liberdade e dignidade.

Ou seja, observados em perspectiva, todos esses aspectos da atual realidade – em destaque, a sofisticação e a ubiquidade dos aparatos tecnológicos, potencialmente capazes de trabalhar, à *la Nós* de Zamiátin e *1984* de Orwell, em favor dos Estados, interessados em controlar pensamentos, ações e comportamentos para fazer prevalecer seu poder sobre os povos; bem como o disfórico ano de 2020, arrebatado pela pandemia, mais um desses períodos da história de descontentamento social generalizado, em que costumam ganhar espaço (lembremo-nos da Itália e da Alemanha fascistas e da Rússia comunista) discursos ideológicos e retóricos fiadores de felicidade e estabilidade, a contribuir para a ascensão de regimes ditatoriais totalitários – indicam que podemos já estar no trajeto, sim, rumo a traiçoeiras configurações de despotismo, noutras palavras, rumo a distopias reais.

5. LUGARES RUINS EPIDÊMICOS

Oppression tries to defend itself by its utility.

Simone de Beauvoir

Mesmo que a pandemia de coronavírus não constitua (ou, pelo menos, não ainda) uma distopia, é indiscutível que, no território da ficção distópica, as epidemias – que se caracterizam, em termos de incidência, como o estágio anterior ao da pandemia, isto é, pelo rápido e quase que concomitante contágio das pessoas por uma doença numa mesma localidade – são um de seus *topos*. Por exemplo, no repertório de questões no trato das quais e na reação às quais se ocupa o *Admirável mundo novo* de Huxley, está a pandemia da gripe espanhola, que se deu no intervalo de 1918 e 1920 e teria

feito, estimativamente, 500 milhões de pessoas infectadas (quer dizer, $\frac{1}{3}$ da população mundial até então) e 50 milhões de pessoas mortas. No romance huxleyano, cujo enredo se desenrola no ano de 632 d. F. – a saber, depois de [Henry] Ford, figura histórica à qual se transferiu a antiga função teológica de Deus, conhecida pela fundação da Ford Motor Company, em 1903, e pelo lançamento do modelo Ford T, em 1908, fatos que inauguraram a Era do Automóvel e acarretaram mudanças sentidas por todo o mundo –, não há mais doenças. Isso porque o Estado Mundial aplicou o princípio da produção em série fordiano à vida humana, de modo que os homens não vêm de relações sexuais nem se desenvolvem em organismos vivíparos (no caso, as mães), mas, sim, nascem enquanto produtos de processos como a reprodução assistida (*in vitro*) e a clonagem. Esses e outros recursos adotados pelo Estado, visando à previsibilidade, à padronização, à estabilidade social, possibilitaram que *todas* as doenças (como a gripe espanhola, que, testemunhada por Huxley, acabou ensejando este argumento da obra) pudessem ser erradicadas. Logo, esses *admiráveis homens novos* jamais experienciaram uma enfermidade, e a própria (e ultrapassada) ideia disso lhes causa extrema repugnância: “A simples alusão a doenças ou a ferimentos era [...] não somente uma coisa apavorante, como, sobretudo, um tanto desagradável e até repulsiva. Tal como a sujeira, a deformidade, a velhice.” (Huxley, 2014, p. 170). Ao selecionar, entre outros motivos, esse de supressão de doenças para seu romance, o autor engendra sua crítica aos inescrupulosos empregos da ciência e da tecnologia, chamando a atenção ao seu potencial de uniformizar a pluralidade humana, bem como ao potencial desumanizante das técnicas de manipulação e controle. Trata-se de uma crítica que, por isso mesmo, está direcionada, particularmente, a figuras de autoridade e poder, como ditadores, magnatas, cientistas *etc.* Até porque as descobertas científico-tecnológicas se estendem aos homens tão somente se em benefício – sobretudo, político e econômico – do Estado e suas instituições em si próprios. Nas palavras do protagonista Bernard Marx em resposta ao estranhamento de Lenina quando na contemplação de um ‘selvagem’ – modo como o Estado Mundial fazia entender e julgar aqueles que dele estavam fora) ‘idoso’:

É porque não deixamos que fiquem assim. Nós os preservamos de doenças, mantemos artificialmente as secreções internas ao nível de equilíbrio da juventude. Não deixamos cair a taxa de magnésio e o cálcio abaixo do que era aos trinta anos. Fazemos transfusões de sangue jovem. Mantemos o metabolismo estimulado permanentemente. Por isso, sem dúvida, eles não têm esse aspecto. (Huxley, 2014, pp. 138-139)

Ou seja, o *Admirável mundo novo* se configura como uma resposta futurística a doenças, epidemias, pandemias que realmente existiram, enquanto, no *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, a epidemia de cegueira branca consiste em um ponto de partida. Sua universalidade reside no fato de não ser possível rastrear uma origem, um motivo ou uma explicação sobre essa epidemia, tampouco o lugar e o período em que ela acontece; além do próprio fato de que as personagens não são identificadas por nome, o que sugere o potencial indiscriminatório e igualmente despersonalizante da epidemia. A cegueira, todavia, parece exceder limites corpóreos, na medida em que adquire o sentido politicamente alegórico do fracasso de se enxergar e fazer lúcidas escolhas moralmente, isto é, de se agir conforme a moral em momentos ou contextos de corrupção; a visão, sua contraparte, compreenderia a inteligibilidade moral das coisas do mundo e a empatia para com o próximo. A esposa do médico, que não cegou, pelo que tudo indica, devido à sua robustez moral, assim observa: “Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.” (Saramago, 1995, p. 310). Ou seja, a crítica do autor, para o qual o sustentáculo da civilização é a moralidade, dirige-se à indiferença, ao desrespeito, à irresponsabilidade dos homens uns com os outros. As piores doenças humanas seriam, logo, as da alma e da razão; donde a convicção das próprias personagens de que já eram cegas de uma outra natureza quando, com efeito, cegaram no sentido físico da visão. “Se eu voltar a ter olhos, olharei verdadeiramente os olhos dos outros, como se estivesse a ver-lhes a alma” (Saramago, 1995, p. 262).

Ensaio sobre a Cegueira, conforme o próprio Saramago, constitui uma *imagem mundi*, a saber, reflete a exploração, a impiedade, o descaso *etc.* que há entre os homens, não à toa a seguinte declaração da esposa do médico: “O mundo está todo aqui dentro.” (Saramago, 1995, p. 102). Em se tratando de ficção distópica, a epidemia de cegueira branca instala horrores que, em muito, se assemelham aos do século XX e XXI: campos de concentração, militarismo, excessos capitalistas, apatia burocrática, insensibilidade do coração humano (Nova, 1998). Isso tendo em consideração aspectos do romance como a abordagem repressiva e desumanizante do Ministro da Saúde ao impor insulamento dos novos cegos e de todos que tiveram contato recente com eles, fazendo por destitui-los de seus direitos civis. Uma vez desamparados pelo Estado, entidade que, ainda mais em um estado de exceção e violência, deveria se comprometer com a plenitude física e mental, a decência e a segurança de seus cidadãos, os cegos (e a esposa do médico, que finge sê-lo no firme intuito de não se apartar dele) compõem, em um manicômio onde são obrigados a quarentenar, seu próprio tecido social. As medidas estipuladas por tal Ministro, como a limitação severa da liberdade e a completa sujeição ao Estado e seus intentos, alegando, com isso, a promoção do bem comum, não fazem senão por irremediavelmente remeter e acentuar a barbárie e a desumanização dos totalitarismos reais, como o comunismo de Stalin na União Soviética e o nazismo de Hitler na Alemanha. Saramago (1995) salienta que, a despeito de personalidades como seu Ministro fictício e ditadores reais, existem, sim, indivíduos moralmente bons mundo afora; porém, não é na direção de sua defesa ou conservação que se nota o curso dos eventos humanos. “Provavelmente, só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são” (Saramago, 1995, p. 128).

A estilística e a progressão textual são recursos que permitem também que o leitor sinta o estado de desorientação ao qual o governo, desinteressado, deserta as vítimas desse episódio epidêmico, o que evidencia o casamento sempiterno entre formal e temático. O movimento usual de entrada em manicômios após manifestações continuadas de loucura é quebrado, no

sentido de que o espaço em si comporta condições propícias à insanidade desses cegos. Isso porque, além de a navegação se dificultar pelo próprio argumento da doença, as mais simples e cotidianas atividades apresentam-se, no manicômio, enquanto provações para seus internos. Seu afã em se nortear, em termos temporais e espaciais, faz com que, pouco a pouco, seu senso de dignidade, humanidade e identidade se oblitere, de tal forma que sua situação se equipara à de animais: “[...] quando a aflição aperta, quando o corpo se nos desmanda de dor e angústia, então é que se vê o animalzinho que somos.” (Saramago, 1995, p. 243). A ordem do passado (e tudo que nela esteve contida, como relações sociais externas à pequena sociedade de cegos), naquela atmosfera de selvageria, perde tanta relevância, que a esposa do médico chega a acreditar que, em breve, nem seus nomes – atributo distintivo do ser humano, quer dizer, pelo qual os homens se distinguem e distinguem uns dos outros – eles seriam capazes de lembrar. Inclusive, essa personagem, embora não saiba o porquê de não ter cegado ainda, demonstra preferir estar cega do que ser a única testemunha ocular da degradação e da alienação daqueles ao seu redor.

A significação das e em meio às atrocidades da epidemia de “mal-branco”, modo como a cegueira passa a ser chamada no romance, é outra questão com a qual se deparam as personagens cegas e a esposa do médico quando em isolamento. O fato de os soldados do manicômio cogitarem assassinar os cegos é prova não só da desumanização – isso de ambas as partes: dos soldados, pela frieza, pela impiedade ao lidar com enfermos; destes por terem o valor de suas vidas, senão anulado, quando menos reduzido em função de tal enfermidade –, mas também da marginalização dos sujeitos em condição de fragilidade e opressão por parte das instituições de poder. Mais um ponto que depõe a favor de certa renúncia à civilidade é a imprevidência com os cadáveres, o desinteresse, sobretudo, das autoridades em lhes prover devido sepultamento. Esses corpos negligenciados podem nos remeter, inclusive, aos montes de judeus hediondamente exterminados em massa durante a Segunda Guerra Mundial, na ocasião de operações ao exemplo da denominada “solução final da questão judaica”. Não deixemos de apontar que a

desumanização de várias esferas sociais de que acabamos de falar evoca, por si só, arranjos reais das sociedades totalitárias. Na obra saramaguiana, esse dilema dos corpos se dá também em virtude de os soldados temerem a infecção mediante qualquer contato com os enfermos. Ainda assim, apegando-se a resquícios de humanidade, alguns cegos aplicam-se, como podem (pois não tinham ferramentas próprias para fazê-lo), na tarefa de enterrar seus mortos; isso também por eles entenderem que, enquanto observar consensos e obedecer a preceitos socioculturais, não terão de todo se rendido à natureza animalesco-bestial: “Se não formos capazes de viver inteiramente como pessoas, ao menos façamos tudo para não viver inteiramente como animais.” (Saramago, 1995, p. 119). Tanto o é, que ideia de matar pesa menos para os soldados do que, por exemplo, para a esposa do médico; nas várias ocasiões de conflito entre grupos discrepantes de cegos, alguns dos quais, inclusive, armados, ocasiões essas decorrentes de um ambiente definhante (de fome, miséria, rejeição, vulnerabilidade *etc.*) para toda a comunidade enferma, essa personagem, ainda que agonizada pela ideia, leva a cabo sua decisão de matar, “[q]uando já está morto o que ainda é vivo” (Saramago, 1995, p. 189). Noutras palavras, a epidemia testou, por árduos e abomináveis episódios, *quão humanos* eram, com efeito, os homens e descortinou o fato de que a moralidade, a própria humanidade de muitos já estava, há muito, liquidada.

A epidemia, no *Ensaio sobre a cegueira*, é a porta de entrada da calamidade, das limitações de espaço e suprimentos, das lutas por poder. A incompetência do Estado para enfrentá-la o impele a tomar providências de cunho totalitarista, isto é, adotando bárbaras e inflexíveis práticas com o pretexto de salvaguardar o bem e a estabilidade sociais. Mas, quando o controle sobre as coisas e os seres é perdido, é que vemos deles tomar conta seu aspecto mais brutal. No momento de caos, os homens – até os considerados moralmente edificadas – são capazes de extrema violência, estupros, roubos, assassinatos *etc.* Quando grupo de cegos liderados pela esposa do médico, constatando que até o exército evacuou o manicômio, consegue retornar à civilização, fica-lhes nítido o declínio das instituições sociais:

O aspecto das ruas piorava a cada hora que ia passando. O lixo parecia multiplicar-se durante as horas nocturnas, era como se do exterior, de algum país desconhecido onde ainda houvesse uma vida normal, viessem pela calada despejar aqui os contentores, não fosse estarmos em terra de cegos veríamos avançar pelo meio desta branca escuridão as carroças e os camiões fantasmas carregados de detritos, sobras, destroços, depósitos químicos, cinzas, óleos queimados, ossos, garrafas, vísceras, pilhas cansadas, plásticos, montanhas de papel, só não nos trazem restos de comida, nem sequer umas cascas de frutos com que pudéssemos ir enganando a fome, à espera daqueles dias melhores que sempre estão para chegar. (Saramago, 1995, p. 293)

Essa nitidez de que falamos também tange à recuperação da visão por parte dos cegos, a partir do que eles percebem as mudanças neles acarretadas pela experiência epidêmica. A despeito de, no desfecho da obra, termos a sugestão de que o tormento jamais deixará de existir para a humanidade, temos igualmente os “gritos” e os “cantos” pelas ruas, que sugerem, mesmo nestas soturnas circunstâncias, atitudes de fé, resistência e resiliência no que diz respeito ao porvir: “[...] a cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança.” (Saramago, 1995, p. 204). Finalmente, nas palavras do autor: “Estamos a *destruir o planeta* e o *egoísmo* de cada geração não se preocupa em perguntar *como é que vão viver os que virão depois*. A única coisa que importa é o triunfo do agora. É a isto que eu chamo a *cegueira da razão*.” (grifo nosso). Entrando em consonância com Saramago, Ignácio de L. Brandão, no romance *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, imagina um Brasil ao fim do século XXI que, mais do que a terra dos “eternos descontentes” (2018, p. 9), será a terra do eterno descontentamento; a saber, os cidadãos brasileiros supõem estar no fim do século XXI, pois, uma vez revogada a memória histórica, eles não têm lastros para afirmar rigorosamente em qual dia, mês ou ano estão. Essa alienação de ordem temporal (tangente, sobretudo, ao passado) também consta, por exemplo, em distopias como *Nós* e *1984*, sendo resultante de um ambiente de completa opressão, visado a que as personagens tenham sua competência afetivo-crítica refreada. Se não se sabe o

que aconteceu ou o que poderia ter acontecido, não há motivos para se opor ao *status quo*. É também por isso que, no romance de Brandão (2018), cada cidadão é, por previsão estatal, coercitivamente equipado com aparatos de controle social, como os *thinking chips* e as tornozeleiras infinitesimais, desde o nascimento. Afinal, para que seu poder despótico seja mantido, o governo precisa inteirar-se incessantemente das ações, da localização, dos pensamentos *etc.* daqueles sob seu jugo.

Estamos, mais uma vez, diante de uma figuração da epidemia numa distopia; essa breve contextualização sobre a obra foi necessária para mostrar que é devido à corrupção das entidades sociopolíticas que ela se instala nesse fictício e futurístico solo tupiniquim. Nesses dias que “virão depois”, valendo-nos da expressão de Saramago, os brasileiros são radicalmente dizimados pela *corruptela pestífera*, epidemia acarretada pela depravação das confrarias, dos empresários, do judiciário, dos parlamentos *etc.* Isso porque a esfera política epitoma a potencialização da desordem: antes e pejorativamente tratados como ‘políticos’, os Astutos se esforçam para – além de, principalmente, permanecer eleitos, recorrendo, se necessário, às compras de votos e aos conchavos – obliterar a maculação da classe, ao passo que se racionam por 1.080 partidos, refazem a constituição (que já tem 111 mil páginas) para satisfazer interesses particulares, elegem um novo presidente a cada mês, suspendem ministérios (como o do meio ambiente) e sistemas (como o de ensino), liberam trabalho escravo, depreciam e incriminam mulheres, estimulam os julgados como “inúteis” (Brandão, 2018, p. 89), ao exemplo dos aposentados e dos desempregados, à eutanásia, negligenciam a sanidade das cidades, sempre desfrutando, em relação ao que fazem, de tratamento diferenciado. Em certo momento, passa a não subsistir honestidade na política: os que não a têm se desmancham em gosmas cinzas, os (raríssimos) que a têm cometem suicídio; é, então, que o primeiro robô é eleito presidente da nação. Já a abolição dos jornais, a ampliação das redes sociais (mais de 70 mil) e a eliminação do ministério da cultura contribuem para a anestesia intelectual e a pasteurização do conhecimento dos cidadãos, mais preocupados em “compartilhar,

comentar, responder” (Brandão, 2018, p. 64) – práticas para cujos possíveis frutos cada qual contrata um *hacker* profissional – do que, com efeito, em (sobre) viver em meio ao caos tropical, a não só essa doença, como outras que, ao seu redor, acometem sobre eles. Assim como no caso de Saramago (1995), a epidemia, para o próprio autor, é, acima de tudo, moral, reside justamente em “tolerar o intolerável”.

Em caso de pane, corrupção, total crise econômica, recessão, podridão, *epidemias* ou tormentas, falência dos bancos de negócios da presidência, excesso de peso de malas com dinheiro, excesso de juizes pedindo vista eternamente, luzes se acenderão, indicando as saídas mais próximas. [...] Se houver tempo. (Brandão, 2018, p. 373, grifo nosso)

Propriamente dita, a corruptela pestífera propaga-se pela rebentação dos esgotos que, aguçando a fedentina das pequenas às grandes cidades, como o Rio de Janeiro não-mais-maravilhoso, escoam dejetos, excrementos, secreções *etc.* a céu aberto, cenário que assombrosamente nos faz lembrar do romance saramaguiano. A saber, a epidemia, antes de implicar e ser implicada pelo lixo físico, procede da podridão humana – em particular, do Estado e suas instituições. Um aspecto crítico-profético da obra está na antecipação da tragédia de Brumadinho, em 2019, considerando que traz os catastróficos rompimentos de barragens de rejeitos de minério enquanto seus argumentos. Nesta nação familiar, as coisas não funcionam pontualmente como deveriam. Os horrores dessa epidemia esgotam a integridade e a dignidade dos brasileiros, pois, com o fechamento dos hospitais públicos, dos prontos-socorros e do ministério da saúde, não é mais possível submeter-se a trato médico. Mostrando a desumanização e o desprezo para com seu povo, a forma do governo de lidar com essas crises nos sistemas de saúde é amontoar as vítimas não apenas deste vírus gerado pela corrupção, bem como as de dengue, zika, H1N1, Chikungunya, varíola, malária, febre amarela, obesidade mórbida *etc.* em comboios para seu posterior despejo. Além disso, nota-se a involução da sociedade também no sentido de que doenças outrora controladas – até em função do anterior e

melhor discernimento dos indivíduos – como a sífilis, a hepatite e a gonorreia voltam a ser generalizadas, quer dizer, adquirem *status* de endemias. “Cuidado, antes de abrir a porta, verifique se o abismo está parado neste piso.” (Brandão, 2018, p. 131). A intensa caçada pela obra camoniana *Os Lusíadas*, elogio ao povo português, é justificada no desfecho: o sentido da vida regressará para este Brasil que se normaliza “na anormalidade” (Brandão, 2018, p. 231) só quando seu passado mais remoto for recuperado. E, “como avançamos celereamente para trás”, diz o narrador, “cobriremos rapidamente estes séculos de retrocesso” (Brandão, 2018, p. 358); mas, até isso acontecer, não constataremos senão uma terra esfacelando-se e o vento que, sobre ela, sopra: “Viver em sobressalto. [...] De olhos abertos, contemplo a mediocridade das pessoas, as ruínas das instituições que montamos, do fracasso da sociedade. Afundamos em areia movediça.” (Brandão, 2018, p. 328). Os motivos do autor:

É para mostrar a desumanidade. [...] Para mostrar: com falta de consciência, com falta de ética, com corrupção — com tudo isso, aonde vamos chegar? Vai existir um povo brasileiro se continuar essa pandemia moral?

Uma coisa é certa: não há quaisquer sentidos de comunidade, unidade de um povo, tampouco humanidade se os homens, ante uma epidemia, chegam ao ponto de degustar a carne humana. É justamente esse *lugar ruim epidêmico* que foi engendrado no romance *Cadáver exquisito*, de Agustina Bazterrica (2017). Como consequência do alastramento de um vírus animal, a partir do que os governos optam pelo extermínio dos bichos e seus produtos, tanto para alimento quanto para entretenimento, os homens ingressam o rol dos legitimamente cultivados para ingestão. Frente à suspensão da criação, da preservação, da comercialização de derivados (de) animais, as sociedades são submetidas ao processo de ‘*transición*’, fazendo com que costumes canibais sejam, além de sancionados, também abrandados, institucionalizados, regulamentados e, suprimindo pouco a pouco quaisquer resquícios da essência humana ainda vigentes, incentivados. Manobras políticas impelem – por meio de práticas como o emprego de expressões

estrangeiras, como “*fresh fingers*” (Bazterrica, 2017, p. 141), para designar partes do corpo humano como iguarias – a ressignificação ética do abate de homens, criando, face à hediondez do sistema, pretextos (entre conveniências, necessidades e vantagens) socialmente justificados, ao exemplo da redução das taxas de “*la superpoblación, la pobreza, el hambre*” (Bazterrica, 2017, p. 61), assim como de “*el crimen*” (Bazterrica, 2017, p. 147). Dá-se a bifurcação entre os que comem e os que são comidos, entre os bem-nascidos e os cultivados, entre as pessoas com nome e sobrenome e as fêmeas e os machos – literalmente – despojados de voz, que desconhecem o que existe além dos limites do matadouro, que valem menos para os supostos cidadãos enlevados na manutenção de mascotes virtuais do que para os mercados, tais como o alimentício e o negro, determinados em obter proveito de todas as suas partes. “*El ser humano es la causa de todos los males de este mundo. Somos nuestro propio virus. [...] Somos la alimaña de la peor clase, destruyendo a nuestro planeta, hambreado a nuestros semejantes.*” (Bazterrica, 2017, p. 124, grifo nosso).

As ‘*cabezas*’, uma das soluções dessa epidemia, constituem provas incontestes não apenas da coisificação do homem no meio industrial, mas também da relativização da barbárie social, da seletividade da indignação moral com relação tanto aos que não são quanto, nomeadamente, aos que são da mesma espécie. A opressão e as ameaças pairam também sobre os termos “beneficiados” da economia humana, inclusive os já mortos, que não podem sequer descansar em paz. Afinal, “*la carne es carne, no importa de dónde venga*” (Bazterrica, 2017, p. 10), a despeito de a branca e masculina valer mais. A industrialização e o consumo de carne humana no futuro estão entre os principais motivos do romance, porém, não deixam de abrir margem para que atualíssimas matérias, como a imigração, o comércio de órgãos e a *deep web*, sejam colocadas em pauta. Protagonizado pela personagem de Marcos Tejo, peça-chave do Frigorífico Krieg que, avançando em rumo semelhante ao do Winston Smith orwelliano, capta incongruências do sistema no qual se vê – embora não sem razões de relutância e transgressão, haja vista que engravidada ilegalmente uma fêmea – forçado a se encaixar, o entrecho

dá a conhecer, em especial, mediante a exposição de atrocidades (alterações genéticas, exames laboratoriais, caças, matanças *etc.*) que vêm do especismo/servilismo concreto do animal ao homem, as várias (e, a nós, familiares) formas, ao exemplo do tráfico humano, que a corrupção toma pelos setores das sociedades. Onde podemos localizar o primitivismo humano, nos produtos ou nos consumidores? Nas palavras de Bazterrica, que fazem por atestar quão próximas nossas sociedades já estão dos estados distópicos:

Sin dudas habla de nuestra realidad porque los planos en los cuales nos fagocitamos simbólicamente son múltiples y tienen distintos grados: la trata de personas, la guerra, el trabajo precarizado, la esclavitud moderna, la pobreza, la violencia de género como algunos ejemplos máximos y de mayor violencia. La objetivación del otro, la despersonalización hace que lo corramos del lugar de humano (de par) y lo podamos violentar, matar, discriminar, lastimar, estereotipar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coronavírus nos fez rememorar a capacidade que as doenças têm de nos inserir em territórios desconhecidos e angustiantes, de nos fazer vivenciar a impotência e o medo, por exemplo, que, sabemos, são sentimentos inerentes à condição humana, assim como a ruína das sociedades e suas instituições. Isso porque doenças, ainda mais se amplamente propagadas, implicam mudanças, e é natural que mudanças sejam desconfortáveis. Ainda, o estouro da pandemia no ano de 2020 e a carência de um posicionamento compartilhado, consistente e funcional dos governos indicam que os principais sistemas globais, se já não estão quebrados, ao menos parecem estar se quebrando. O capitalismo mesmo viu-se, de todo, rendido por um vírus. Entre os efeitos da tendência à descrença na ciência (cientistas vêm alertando, há anos, sobre a iminência de uma catástrofe biológica), está o despreparo social generalizado para lidar com a novidade da doença. Ou seja, motivos, certamente, não faltam para julgar esses *lugares* da atualidade como sendo *ruins*. E, depois de

todos esses estragos, é ingênuo acreditar numa volta ao normal; segundo o filósofo Slavoj Žižek em *Pandemic! COVID-19 shakes the world* (2020), nossa melhor opção é urdir um novo estado de ‘normalidade’ a partir das cinzas de nossas velhas vidas, do contrário, estaremos fadados a uma nova barbárie.

Acontece que doenças e epidemias concorrem para *lugares ruins*, isto é, *distopias*, na literatura, sim, mas também na realidade; nada à toa tantas remissões à distopia pela pandemia de SARS-CoV-2. Montamos nosso observatório na ficção distópica de Huxley, Saramago, Brandão e Bazterrica e, mediante análise e cotejo, podemos confirmar como supostos estados de exceção, dos quais as doenças são coeficientes, podem se transformar em verdadeiros pesadelos político-sociais. Os Estados aproveitam-se dessas doenças para legitimar sua opressão e desumanizar seus povos, visando a garantir a perpetuação de seu controle e poder sobre eles, assim como sua impotência e sua redução às relações de saber despóticas. Algo como o que Marcos Nobre (2020), referindo-se ao presidente Bolsonaro, nostálgico do período ditatorial brasileiro, e, sobretudo, à sua atuação (ou falta dela) com relação ao coronavírus no país, chama de “normalização do estado de crise, transformação do colapso em forma de governar”. Essas distopias (também em história e teoria) prestam-se a nos lembrar de que, por mais deplorável que seja esse contexto mundial de pandemia de coronavírus, tudo pode ficar ainda muito pior. E já há sinais visivelmente discerníveis de que as coisas estão realmente ficando piores.

A forte presença de distopias neste momento de crise justifica-se não somente por seus temas, conectados com a realidade na medida em que exageram problemas correntes, como também por sua própria natureza crítica, profética, interagente. As obras distópicas têm este poder de fazer os leitores imergirem nos dilemas com os quais os protagonistas se deparam em meio ao desabamento das sociedades, levando-os a se questionar sobre os desdobramentos de sua própria realidade, noutras palavras, sobre o que pode, na prática, vir a acontecer. É por isso que, em se tratando de distopias

literárias, a crença na realidade jamais deve ser suspensão. Até porque muitos leitores, ao se comprometer com as questões propostas pelas distopias, sentem-se motivados a agir a fim de impedir a concretização desses piores cenários possíveis.

The tendency in dystopian literature is to combine arguments from a philosophical, political, and/or ethical debate with the format of a parable to create a work of fiction that is engaging and has the potential to motivate its readers to take political or social action. Inherent in dystopian fiction is the kernel of hope that the society depicted can be prevented. Thus, [...] it serves didactic and admonitory functions. (Palardy, 2018, p. 8)

E, observados determinados padrões no decurso de um pouco mais de um século de história evolutiva/desenvolvida da ficção distópica, o que fica evidente, para nós, é que os autores, em termos gerais, impelidos por certas apreensões ético-políticas, acabam fazendo, da imaginação distópica, o canal profético, *the canary in a cage*, em cujo canto estão contidas advertências sobre ameaças às sociedades contemporâneas, pois acreditam que a mudança social, além de possível, é altamente necessária. Nos termos de Brandão: “Se eu mudar a cabeça de dez, já é um ganho. Eu e outros escritores, professores, músicos, cineastas, cada um de nós, se a gente der esse grito de alerta, será que a gente consegue modificar? [...] Eu tenho que acreditar nisso, senão eu não iria querer ficar vivendo, não.” Quer dizer, essas narrativas distópicas, como as de nosso *corpus*, que tratam de histórias ficcionais de doenças e epidemias, para alinhar-nos ao projeto deste dossiê, podem influir diretamente nas formas político-sociais de se proceder no mundo real, por exemplo, ao estimular e defender um ativismo enérgico e profundo quando no diagnóstico de alguma injustiça. Fomentar a resistência e ensejar transformações são, portanto, alguns de seus maiores méritos. Afinal, conforme nos ensinou Saramago (1995), não só devemos lutar por um futuro melhor, como não perder a esperança de que ele possa realmente existir.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, John Joseph. *Wastelands: stories of the apocalypse*. London: Titan Books, 2008.
- ALDRIDGE, Alexandra. *The scientific world view in dystopia*. UMI Research Press, 1984.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- ARAÚJO, Naiara. Ficção científica e distopia: considerações acerca da cidade e do corpo em *Umbra* (1977) e *Asilo nas torres* (1979). *Afluente*, v. 3, n. 7, pp. 172-183, 2018. Disponível em: <http://bit.do/eLtLc>. Acesso em 10/3/2019.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAZTERRICA, Agustina. *Cadáver exquisito*. Buenos Aires: Alfaguara, 2018 (212 páginas).
- BEAUCHAMP, Gorman. Cultural primitivism as norm in the dystopian novel. *Extrapolation*, v. 19, n. 1, pp. 88-96, 1977.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. *Magia e Técnica Arte e Política (Obras Escolhidas, v. 1)*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet e prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERRIEL, Carlos. Editorial. *MORUS – Utopia e Renascimento*, n. 2, pp. 4-10, 2005.
- BOOKER, M. Keith. *Dystopian literature: a theory and research guide*. Westport: Greenwood Press, 1994.
- _____. *The dystopian impulse in modern literature (fiction as social criticism)*. Westport: Greenwood Press, 1994.
- BRANDÃO, Ignácio de L. *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*. São Paulo: Global, 2018.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- CLAEYS, Gregory. *The Cambridge Companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. *Dystopia: a natural history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- GREENBERG, Martin; OLANDER, Joseph; RABKIN, Eric. *No place else: explorations in utopian and dystopian fiction*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *The future of human nature*. London: Polity Press, 2003.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo, 2014.
- KASSAB, Álvaro. Sobre distopias, autoengano e a perspectiva de um futuro fracassado. *Jornal da UNICAMP*, 2018. Disponível em: <http://bit.do/eHeEq>. Acesso em: 21/09/2020.
- LORENZ, Konrad. *Civilized man's eight deadly sins*. Harcourt Brace Jovanovich, 1974.
- MOYLAN, Tom. *Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia*. Boulder: Westview Press, 2000.
- _____; BACCOLINI, Raffaella. *Dark horizons: science fiction and the utopian imagination*. New York: Routledge, 2003.
- NOVA, Craig. Now you see, now you don't (Review of *Blindness* by José Saramago). *The Washington Post*, 1998. Disponível em: <https://wapo.st/2Hres3r>. Acesso em 24/09/2020.
- NOBRE, Marcos. *Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. Todavia, 2020.
- PALARDY, Diana. *The dystopian imagination in contemporary Spanish literature and film*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. São Paulo: Vozes, 2011.
- ŽIŽEK, Slavoj. *PANDEMIC!: COVID-19 shakes the world*. John Wiley & Sons, 2020.

NOTAS

- 1 Tradução nossa: “a engenharia socialista do comportamento humano por meio da reconstituição da sociedade” e “a engenharia eugênica do comportamento humano via manipulação biológica”.
- 2 Ken Davis (*apud* GREENBERG, OLANDER & RABKIN, 1983, p. 132) sustenta que H. G. Wells forja uma importante ferramenta para os autores utópicos e distópicos posteriores: o truque de fazer com que especulações pareçam plausíveis e de ofertar sociedades extravagantes com personagens, preocupações e situações que pareçam familiares. Além disso, Davis destaca também a afirmação de que Wells é o grande criador/impulsionador do movimento distópico do século XX, considerando que suas obras de orientação utópica fornecem os modelos contra os quais fortemente reagem autores como Zamyatin, Huxley e Orwell.
- 3 “Together, these three novels are the great defining texts of the genre of dystopian fiction, both in the vividness of their engagement with real-world social and political issues and in the scope of their critique of the societies on which they focus.” (BOOKER, 1994, pp. 20-21).
- 4 Tradução nossa: “formas de vida que devemos nos assegurar de evitar”.
- 5 É oportuno deixar constatado o que parece ser um consenso entre os pensadores da distopia: ostensiva ou tacitamente, toda distopia contém um componente utópico, assim como toda utopia contém um componente distópico; estreitamente vinculadas, porém, não dia-metralmente opostas, uma e outra, notam M. Keith Booker (1994)